

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE ARARAQUARA



A proposta assegura prioridade às mulheres de baixa renda

Lei de Araraquara prioriza mulheres em programas de habitação

A Câmara de Araraquara aprovou projeto que garante prioridade a mulheres de baixa renda nos programas habitacionais de interesse social do município. A proposta beneficia responsáveis pela unidade familiar, vítimas de violência doméstica, mães de filhos com deficiência e mulheres com 60 anos ou mais. O texto também reserva 5% das moradias ofertadas em cada programa para esse público, sem prejuízo das demais cotas previstas em lei. Caso as unidades reservadas não sejam preenchidas, elas poderão ser destinadas aos demais inscritos. O projeto ainda estabelece os documentos necessários para comprovar o direito ao benefício, como medida protetiva, boletim de ocorrência, laudo médico e documentação que ateste a responsabilidade pela unidade familiar ou a idade da beneficiária.

Policlínica de R\$ 19,9 milhões avança em Franca

As obras da Policlínica de Franca, no Residencial João Liporoni, entram nos próximos dias na etapa de fundação. O canteiro de obras e o fechamento da área com tapumes já foram concluídos. Com investimento de R\$ 19,9 milhões, em parceria entre Governo Federal e município, a unidade oferecerá consultas em especialidades como cardiologia, neurologia, angiologia e oftalmologia, além de exames como tomografia, ressonância magnética e eletrocardiograma e procedimentos ambulatoriais de baixa complexidade.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE FRANCA



Já foram concluídos os serviços de instalação do canteiro e tapumes

Taubaté lidera geração de empregos na região

Taubaté liderou a geração de empregos na Região Metropolitana do Vale do Paraíba em junho, com saldo positivo de 373 vagas, segundo o Caged. É o terceiro mês do semestre em que o município ocupa a primeira posição no ranking regional. O setor de serviços foi o principal responsável pelo resultado. No acumulado do primeiro semestre, a cidade criou 1.853 postos de trabalho. Além disso, o PAT mantém 30 vagas abertas e realiza seleção para a contratação de 150 funcionários de um hortifrutí que será inaugurado no município.

Audiência debate sobre o futuro de Ribeirão

A Câmara de Ribeirão Preto encerrou o primeiro semestre legislativo de 2026 com destaque para a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O presidente da Casa, Daniel Gobbi (PP), afirmou que a prioridade para o segundo semestre será a análise da Lei Orçamentária Anual (LOA), que definirá os investimentos e a destinação dos recursos do município para 2027, além de outras pautas estratégicas.

Segurança no trânsito

São Carlos reduziu em 25% o número de mortes no trânsito entre 2023 e 2025, passando de 35 para 26 óbitos, segundo o Infosi-ga-SP. Para consolidar a queda, a Prefeitura tem investido em ações de educação para o trânsito, como o projeto Minicidade, que já levou orientações sobre segurança viária a cerca de mil crianças da rede municipal.

Bacia do Rio Canoas

A Câmara de Franca realiza na próxima quarta-feira (5), às 18h, uma audiência pública para discutir as emendas ao projeto que trata do zoneamento da macrozona da bacia do Rio Canoas. O encontro, solicitado pela vereadora Marília Martins (PSOL), pretende reunir moradores, especialistas e entidades antes da votação da proposta.

Desperdício de água

As equipes do Sema de Piracicaba já instalaram 739 novos registros de rede, superando 70% da meta prevista pelo Programa de Redução de Perdas. A iniciativa inclui a substituição de equipamentos antigos e faz parte das obras de setorização do abastecimento, com investimento de R\$ 9 milhões para reduzir desperdícios.

Cidadão Zeladoria

A partir de segunda-feira (3), as oito unidades das Casas do Cidadão Zeladoria, em Sorocaba, passarão a oferecer suporte para quem deseja restringir o CPF em sites e aplicativos de apostas online. Totens de autoatendimento estarão disponíveis para acesso ao Gov.br, com auxílio de funcionários para orientar os usuários durante o procedimento.

Comércio ambulante

O comércio ambulante terá garantia legal de funcionamento pelos próximos 30 anos em Sorocaba. A medida impede a proibição da atividade sem justificativa e prevê consulta pública e estudo de impacto antes de eventuais restrições. A lei também amplia o acesso dos ambulantes a programas de microcrédito, qualificação e formalização.

Incêndios em Pinheirinho

O vereador Michel Kary apresentou indicação para que a Prefeitura adote medidas permanentes de prevenção e combate a incêndios no Parque Pinheirinho, em Araraquara. A proposta prevê manutenção de aceiros, limpeza da vegetação seca, inspeções e monitoramento da área. A iniciativa busca proteger o patrimônio ambiental.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE PIRACICABA



Servidores municipais poderão aderir ao programa por 120 dias

Piracicaba oferece até 10 salários para Demissão Voluntária

Programa terá duração de 120 dias e permite desligamento voluntário

Da **Redação**

A Prefeitura de Piracicaba colocou em vigor um Programa de Demissão Voluntária (PDV) destinado aos servidores da administração direta e indireta. A medida, oficializada pela Lei Complementar nº 494 e sancionada pelo prefeito Helinho Zanatta (PSD), permite que funcionários interessados solicitem o desligamento definitivo do serviço público pelos próximos 120 dias, com direito a incentivos financeiros que podem chegar ao equivalente a dez salários.

O programa contempla servidores estatutários e empregados públicos contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de funcionários do Serviço Municipal de Água e Esgoto (Sema), do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais (Ipasp) e da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (Fumep).

Além das verbas rescisórias previstas em lei, os participantes receberão um incentivo financeiro calculado conforme o tempo de serviço, variando de dois a dez salários. Servidores aposentados, ou que já tenham solicitado aposentadoria,

também poderão aderir ao programa e receberão um salário adicional. Quem tem entre três e cinco anos de serviço receberá dois salários extras, enquanto o benefício chega a dez salários para servidores com mais de 20 anos de atuação no município.

Segundo a administração municipal, a iniciativa busca modernizar a gestão pública e fortalecer a sustentabilidade fiscal do município. As indenizações serão pagas com recursos do orçamento da Prefeitura e das autarquias.

Servidores condenados judicialmente à perda do cargo não poderão participar. A administração também poderá negar pedidos de adesão caso o desligamento comprometa a prestação de serviços essenciais. Após a aprovação, não será possível desistir do programa, e o servidor ficará impedido de retornar ao mesmo cargo pelo período de dois anos, exceto em caso de nomeação para cargo em comissão.

O prazo para adesão é de 120 dias, contados da publicação da lei, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. A legislação não considera afastamentos pelo INSS ou Ipasp, licenças sem vencimento e para acompanhamento de familiares.